

MARROCOS-PORTUGAL

Portas do Mediterrâneo



WORLD
WIDE
WISDOM



MARROCOS-PORTUGAL

Portas do Mediterrâneo

NO ÂMBITO DA V CIMEIRA LUSO-MARROQUINA

Setembro

1999

TÂNGER

Museu de Arte Contemporânea

COM O ALTO PATROCÍNIO DE SUAS EXCELÊNCIAS
OS PRIMEIROS MINISTROS
DE PORTUGAL
E DO REINO DE MARROCOS



COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DOS DESCOBRIMENTOS
PORTUGUESES

Cidades do ocidente islâmico





Santiago Macías

à

islamização do Maghreb segue-se, de muito perto, a da Hispânia. As cronologias são próximas e bem conhecidas: desde o ano 27 H./ 647 d.C. no Norte de África, a partir de 92 H./ 711 d.C. na Península Ibérica, o Mediterrâneo Ocidental cai na esfera de influência da nova religião e permanece ligado às rotas comerciais do mundo mediterrânico.

Na antiga Lusitânia a rede das cidades herdada do mundo romano vai servir de base às rotas da islamização. Beja, Évora e Faro no Sul, a grande metrópole de Lisboa na foz do Tejo e Coimbra mais ao Norte são os sítios cruciais neste processo. São também eles que irão sedimentar, ao longo do período islâmico, cinco territórios geo-históricos, cinco pólos de características bem vincadas e que definiram vastos termos em seu redor.

Na Tingitânia foi um pouco diferente a lógica de organização do espaço. Para além de Tânger, ligada milenarmente ao tráfico mediterrânico, destacaram-se no início da islamização Agmat e, no Sul, a cidade caravaneira de Sidjilmassa. Mais tarde farão a sua aparição e marcarão o destino do Maghreb sítios como Fez (que data dos finais do século II da Hégira/finais do século VIII – inícios do século IX d.C.) ou Marrakech (fundada pelos Almorávidas em 462 H./1070 d.C.).

Cidades antigas ou de nova fundação, em todas elas se reconhecem traços idênticos, que atravessaram largos períodos da nossa história comum e que, com frequência, chegaram até aos nossos dias. A memória da tradição mediterrânica não se resume, nas cidades de Marrocos ou de Portugal, a uns quantos muros de cidades ou à perduração de técnicas construtivas. Essa memória persiste nos espaços que foram outrora os do poder e nos traçados urbanos de algumas das nossas cidades. Identifica-se nas mesquitas ou no que delas chegou até nós, nas estruturas portuárias e os mercados de que nos falam as fontes escritas. Não podemos ignorar os banhos, essa forma ímpar de convivência e sociabilidade, nem podemos esquecer a importância que a água desde sempre teve em zonas de aridez. Não podemos, finalmente, deixar de lembrar os mortos, as necrópoles e as tradições funerárias das cidades mediterrânicas.

Em ambos os lados do Estreito, as cidades organizaram-se da mesma forma e evocam idênticas matrizes. Nas cidades medievais de Marrocos e de Portugal encontramos as mesmas alcáçovas, muros, medinas e arrabaldes. Por vezes o gigantismo de sítios como Fez ou Marrakech dificulta a comparação com cidades mais pequenas do sul de Portugal. Ainda assim, numas e noutras é sempre a presença das matrizes mediterrânicas que permite estabelecer ligações.

É importante não esquecer que muitas destas cidades se definem, antes de tudo, pelo seu anti-urbanismo clássico. Se nos esquemas organizativos das cidades à maneira alexandrina ou romana um assumido reticulado denuncia a presença de um poder racionalizador, a urbe mercantil, catalisadora da *pólis* mediterrânica, gere-se a si própria como um corpo vivo em que os equilíbrios são orgânicos e funcionais.

Os cascos antigos das cidades portuárias de Génova ou Marselha, tendo em comum o facto de nunca terem sido islamizadas, possuem porém um urbanismo de cariz inorgânico, facilmente catalogável de “islâmico”. Nas cidades mediterrânicas, independentemente de serem cristãs ou muçulmanas, foi regra a adaptação às condições do relevo. Com a área do poder concentrada na acrópole, esta cidade organiza-se de forma autónoma, segundo a lógica de um conglomerado de bairros entretecidos por vastos clãs familiares.

A islamização não representou, a esse nível, ruptura alguma. As antigas cidades continuaram a sua vida, repetidamente refazendo a sua história. É sem surpresa que encontramos em mesquitas almóadas capitéis romanos reaproveitados ou que vemos os muros de época islâmica incorporar os gigantesco e bem aparelhados silhares das construções imperiais.

Mesmo em épocas mais tardias, e quando as cidades se protegem com espessos muros de taipa – como os que ainda vemos na Chellah (Rabat) ou em Silves – há sempre a tentação de neles traçar linhas com cal, de modo a sugerir os silhares de tradição clássica.

Os espaços do poder e as acrópoles existem como outrora. Os senhores das grandes cidades fecham-se em luxuosas alcáçovas, de que o emaranhado de pátios, jardins e salões da Alhambra ficou como um dos expoentes maiores. De um desses jardins do éden nos deixou al-Mutamide testemunho num dos seus poemas: “Saúda o Palácio das Varandas da parte de um donzel/que sente perpétua saudade daquele alcácer./Ali moravam guerreiros como leões e brancas gazelas. E em que belas selvas e em que belos covis!”.

Ao lado deste núcleo do poder estendia-se a medina, normalmente muralhada, onde se situavam os mercados, os banhos, os espaços religiosos etc. e onde habitava toda uma população de comerciantes, artesãos, hortelãos e camponeses. Nos povoados mais importantes, a cidade expandia-se, com frequência, para lá dos seus muros, criando os arrabaldes.

Também fora das muralhas, e sempre longe do contacto com os vivos, ficavam os cemitérios, normalmente reocupando antigos espaços funerários.

Um dos pólos agregadores da cidade muçulmana é, naturalmente, a mesquita. Esses templos são, ao longo de toda a história do Ocidente Islâmico, um dos elementos de maior importância no ordenamento da cidade pelo facto de introduzirem uma nova e obrigatória orientação litúrgica. No seguimento da tradição mediterrânica dos grandes espaços públicos de *ágoras* e foruns, o local de culto muçulmano é uma síntese do espaço religioso da basílica com o antigo espaço cívico da cidade antiga. Espaços abertos ao exterior, eram local de convívio e de resolução dos problemas da comunidade. Das que existiram no Gharb conserva-se parte substancial das mesquitas de Mértola e de Idanha-a-Velha, o embasamento do minarete da de Loulé e a lápide fundacional de idêntica estrutura em Moura. Por razões evidentes, em Marrocos ficaram, desse período, grandes monumentos como a mesquita de Hassan (Rabat) ou a Kutubiyya (Marrakech), expoentes de uma arte sem paralelos em Portugal.

Ao invés, e segundo os autores muçulmanos, as igrejas eram sítios a evitar. Recomendava Ibn Abdun, em meados do século XII d.C.: “deve proibir-se às mulheres muçulmanas que entrem nas abomináveis igrejas, porque os clérigos são libertinos, fornicadores e sodomitas. De igual modo deve proibir-se às mulheres francas que entrem na igreja sem ser em dia de função, porque ali comem, bebem e fornicam com os clérigos e não há nenhum deles que não tenha duas ou mais mulheres com que deitar-se”.

Da activa vida mercantil das cidades do Gharb al-Ándalus e do Maghreb al-Aqsa deixaram-nos os geógrafos da época expressivos relatos. Edrisi, um dos mais conhecidos e celebrados autores refere a importância do entreposto comercial de Alcácer do Sal assim como o carácter industrial dos habitantes de Tânger. Pelas páginas dos geógrafos da época perpassa o movimento dos mercados urbanos: dos vendedores de perfumes aos de frutos secos, dos comerciantes dos mais finos marfins e sedas aos oleiros e tanoeiros passando pelos ourives, do trabalho de todos eles se fazia a prosperidade das cidades do Ocidente Islâmico.

Escasseiam, com frequência, dados históricos ou arqueológicos que permitam uma reconstituição segura sobre o quotidiano fora de casa. Ao invés do que ocorre noutras regiões do Ándalus (recordem-se os exemplos de Granada ou de Ronda) nunca foram, por exemplo, encontradas estruturas balneares nas cidades do Gharb. Na carta a Osberno referem-se fugazmente os banhos quentes de Lisboa, cujas fontes deram a um dos bairros da cidade o nome que até hoje perdura: Alfama. É inequívoco que os *hammams* perduraram mesmo para cá da Reconquista, sucumbindo apenas ao rigoroso pudor da Igreja.

Fora dos muros das cidades, princípio herdado do mundo romano, ficam as necrópoles: situam-se sempre perto de uma das entradas das cidades e bordejando um dos caminhos de acesso ao núcleo urbano. Frequentemente estes cemitérios islâmicos acabavam por ladear as necrópoles judaica e cristã que, por sua vez, ocuparam ou reutilizaram as ruínas de monumentos funerários romanos.

A despeito da sobreposição topográfica o ritual de inumação das necrópoles islâmicas não deixa espaço para qualquer tipo de dúvida. A deposição dos corpos em decúbito lateral direito, a cabeça orientada a Sul e a face virada a Levante são características que encontramos apenas nestes espaços funerários.

Este importante espaço público das cidades mediterrânicas era outra das zonas da cidade onde se desaconselhava que as mulheres fossem sem companhia. Entre os túmulos levantavam-se tendas, nas quais as mulheres permaneciam por longos períodos, com o pretexto de fugir aos olhares indiscretos, bom incentivo para acrescentar o desejo e o vício de conquistadores e libertinos que, em busca de melhor fortuna, costumavam ir às necrópoles seduzir as mulheres que as frequentavam. Essas tendas convertiam-se, na Sevilha almorávida, quando pela hora da sesta se esvaíavam os caminhos, em verdadeiros lupanares.

Deste mundo há hoje cada vez menos recordações. Contudo, e para além do que é imediatamente identificável, são muitos os sinais ainda visíveis, em Marrocos e em Portugal, daquela que foi porventura a última grande síntese mediterrânica. Um outro legado, mais difícil de identificar do que o são os vestígios artísticos e arqueológicos passa pelos modos de vida ligados à pastorícia, à tecelagem, à agricultura ou à pesca tradicionais. Oxalá possam merecer em breve uma abordagem aprofundada, da qual esta exposição sugere o mote no sector dedicado às proximidades culturais entre Marrocos e Portugal.

b i b l i o g r a f i a

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 4 vols., Lisboa, Seara Nova, 1972-1975.

GABRIELI, Francesco et al., *Maghreb médiéval*, Aix-en-Provence, EDISUD, 1991.

TORRES, Cláudio e MACÍAS, Santiago, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

Aspectos do cotidiano no ocidente islâmico





Santiago Macías

Entre relatos de viajantes, descrições de geógrafos e textos literários se foi construindo a história da vida quotidiana do período islâmico no Mediterrâneo Ocidental. Nesta história, feita de lacunas e de zonas obscuras, ocuparam durante muito tempo lugar de primazia os luxuosos palácios onde os grandes senhores consumiam uma doce vida de jogos, poesia e amor. Esse mito, que sítios como Madinat az-Zahra, perto de Córdova, ou a Alhambra, em Granada, converteram em verdade absoluta, é difícil de transportar para a maior parte das povoações do Maghreb Extremo ou do Gharb al-Ándalus.

Recentes e decisivas revisões destes temas, elaboradas com o contributo de diversos trabalhos arqueológicos, têm juntado a essas imagens de um passado dourado uma realidade menos faustosa mas nem por isso de menor importância ou interesse. Nas escavações de sítios como Qsar es-Seghir ou Mértola os painéis de azulejos, os mármore e os alabastros dão com frequência lugar às paredes de taipa, os pavimentos argamassados ou de terra batida; as soluções construtivas de grande sofisticação são substituídas por modos de fazer mais simples e onde a tentativa de imitação da arte palatina está, com frequência, presente.

Para além do espólio cerâmico as escavações em curso fornecem-nos dados fundamentais para a compreensão da organização do espaço das casas em conjuntos urbanos e em povoados rurais, ao mesmo tempo que nos dão indicações fundamentais sobre diversos aspectos da vida quotidiana.

É em volta das casas urbanas, da forma como eram construídas e usadas que boa parte da atenção se tem vindo a centrar. Sabemos hoje que todas estas habitações se organizavam em torno de um pátio central descoberto. A partir daí, distribuíam-se os restantes compartimentos (salão, alcova, latrina e cozinha) que compunham o resto da habitação. Ainda longe do rígido esquema das casas actuais, em que a cada divisão cabe uma função específica, nestas moradias tudo apontava já para uma relativa especialização.

De carácter marcadamente citadino (debalde tentaremos encontrar para esta forma de conceber o espaço nos povoados rurais ou fora do âmbito urbano), esta tipologia é comum a inúmeras cidades islâmicas da mesma época e corresponde a um modelo utilizado, de forma generalizada, na Península Ibérica e no Maghreb, ao longo dos séculos XII e XIII d.C..

A arqueologia medieval permitiu ainda que as formas de construção das casas começassem a ser conhecidas com um pouco mais de rigor.

Não há cânones, parâmetros rígidos ou esquemas inflexíveis. As maneiras de edificar dependiam dos recursos de cada zona e das posses dos proprietários: tanto encontramos muros de pedra mal aparelhados nos povoados rurais como silhares cuidadosamente alinhados em edifícios palatinos. Verificamos também, com frequência, que existe uma grande identidade entre a arquitectura popular actual e as casas identificadas durante as escavações arqueológicas. Não se pode deixar de notar que os muros de taipa levantados sobre embasamentos de alvenaria são tão comuns nas casas construídas no século XIII d.C. como nas habitações populares construídas até há pouco. O mesmo se poderá dizer das telhas de canudo e dos pavimentos pintados com almagre, que só em tempos muito recentes conheceram um inexorável declínio. Nos ambientes mais luxuosos das áreas palatinas a riqueza dos moradores estava bem patente na qualidade das decorações e no laborioso rendilhado dos arcos que davam acesso a amplos e, seguramente, confortáveis salões.

Todas as casas eram espaços encerrados sobre si, virados para dentro e com raras aberturas ao exterior, de forma a preservar a intimidade dos moradores. Alguns tratados de *hisba*, em especial, preocuparam-se com a protecção da intimidade do lar. Ibn al-Rami, legislador de Kairouan do século XIV, estabelecia uma certa hierarquização das “vistas indiscretas”, das menos importantes às mais ofensivas. Na primeira incluía-se a localização de lucarnas e janelas. Nas segundas mencionavam-se as vistas afrontadas que favoreciam o contacto visual de uma casa para outra.

As entradas das casas – quase sempre nobilitadas pelo reaproveitamento de parte de fustes e de frisos romanos como soleiras ou como ombreiras – eram também o sítio onde, de um modo prioritário, se colocavam os símbolos de protecção, destinados a afugentar os espíritos maléficos, impedindo a interferência destes no quotidiano dos habitantes. *Mãos de Fátima* e ferraduras eram os objectos privilegiados para afastar o mal.

Num mundo em que aos homens estavam reservadas as tarefas da guerra, do comércio ou, simplesmente, do convívio nos locais públicos, fossem eles o mercado, a mesquita ou os banhos, o interior do lar era o espaço quase exclusivo das mulheres. Como em tantas outras cidades da orla mediterrânica repetiam-se nas urbes do Maghreb e do Gharb al-Ándalus rituais, hábitos e gestos de um ritmo diário condicionado pela execução de trabalhos rotineiros.

De entre as tarefas que consumiam mais tempo e mantinham ocupados um maior número de elementos da família as que se relacionavam com a confecção dos alimentos tinham especial relevo. Os trabalhos de aprovisionamento (desde a compra de géneros no mercado ao transporte de

água ou de lenha), de preparação ou de cozedura (em casa ou no forno comunitário) prolongavam-se por várias horas.

Era no interior da casa, no pátio ou na cozinha, espaços íntimos e longe dos olhares indiscretos da rua, que as mulheres de uma família alargada (mãe, filhas, sobrinhas, sogra, etc.) preparavam conservas, confeccionavam refeições, teciam ou conversavam. O papel da mulher adquiria contornos tanto de ordem prática como simbólica. Há referências escritas ao facto de a mulher se fazer quase sempre acompanhar no interior da casa por uma pequena bilha de azeite com a qual tanto acendia as lâmpadas como temperava a comida. O papel da mulher na casa era ao mesmo tempo o de alguém que proporcionava a alimentação e a luz.

Os pátios eram, na realidade, o coração da casa e a sua peça fundamental, fornecendo ao mesmo tempo iluminação e ventilação. O mais provável, e atendendo às características climáticas da região, que favoreciam a reunião de pessoas naquele local, é que o pátio desempenhasse um papel de grande relevo no quotidiano da população, designadamente como local de trabalho das mulheres da casa e como espaço para confecção de algumas refeições. A zona central pode ter sido, em certos casos, utilizada como pequeno canteiro para o cultivo de ervas aromáticas, como a hortelã, a salsa ou os coentros. Sendo as zonas de maior área das casas, desempenham no Mediterrâneo o papel central que nas habitações do Norte da Europa estava reservado às lareiras.

Mais do que resolver, de forma definitiva, as nossas dúvidas sobre as cidades do Ocidente Islâmico, a arqueologia tem lançado uma nova luz sobre inúmeros aspectos do quotidiano. Já não são só as mais luxuosas peças de cerâmica a merecer o interesse dos investigadores.

Materiais usados na tecelagem (torres de roca e cossoiros, tempereiros e agulhas), jogos como o alquerque tornaram-se alvo de interesse e permitem agora a abordagem a aspectos da vida quotidiana ignorados até há poucos anos.

De interesse se revelam também os dados sobre os hábitos alimentares das populações do Ocidente Islâmico. Embora tenham chegado até nós alguns relatos sobre os rituais de mesa, estes referem-se sempre à faustosa vida da corte. Os paralelos com o quotidiano dos artesãos ou pequenos comerciantes das cidades mais modestas são, evidentemente, nulos.

Sobre os hábitos alimentares, um mundo até há pouco praticamente desconhecido, trabalhos recentes permitiram a identificação de alguns traços dominantes na alimentação, naturalmente condicionados pelos eco-sistemas de cada local. Cozidos e guisados, caldos onde não faltavam

o grão-de-bico, as favas ou as lentilhas e uma abundante quantidade de legumes da época foram certamente o alimento mais comum de todos os dias.

Dos artefactos utilizados à mesa temos nesta exposição um pequeno testemunho: tigelas, bilhas, copos, jarrinhas, uma multiplicidade de objectos cujas funções específicas têm sido campo fértil para debate entre historiadores, arqueólogos, etnólogos e linguistas.

Um espaço essencial nestas casas meridionais era o que se reservava ao armazenamento e conservação dos alimentos. Sem meios que lhes permitissem guardar os alimentos frescos, cujo consumo era apenas possível numa curta época do ano, as populações desenvolveram complexos métodos (fossem eles as salgas, as fumagens, as secagens ou as caldas) que possibilitavam o prolongamento do seu período de uso, por vezes longos meses após a sua preparação.

A protecção dos alimentos era tentada das mais diversas formas. Num mundo cheio de crenças, temores e superstições pareciam insuficientes os simples preparados culinários, os fermentos ou os açúcares, para garantir que os víveres não se estragariam. A magia tinha aqui um vasto campo de intervenção, que começava na escolha de objectos, em particular na das talhas, onde se conservava a água e nas quais deviam estar escritas fórmulas apropriadas (como *baraka* – benção ou *al-yumn* – felicidade). Noutros casos era utilizada a “mão de Fátima” símbolo da divindade para os muçulmanos, cuja utilização protegia dos feitiços não só os alimentos conservados nessa vasilha, mas também a casa e os seus habitantes.

As práticas de magia não se cingiam, porém, aos objectos onde se guardavam os alimentos. As fumigações, tidas como eficazes no afastamento de espíritos e animais indesejados, eram bastante utilizadas. Citem-se, a título de exemplo, o uso de corno de veado ou de unha de cabra como forma de afugentar víboras e serpentes ou ainda a utilização de produtos como o âmbar, o açafão ou a cânfora para afastar os escorpiões.

Sistemas mais prosaicos, como a presença dos gatos (ou mesmo de ginetas, as quais dariam caça a pequenos roedores) no interior das casas, seriam também correntes.

O espaço interior da cozinha era sobretudo destinado às lareiras, feitas sobre o chão ou então em estruturas de combustão escavadas no solo. Esses buracos, circulares ou em quarto de círculo, estavam delimitados por bem organizados alinhamentos de pedra, cravados no solo. As pedras, de pequenas dimensões, encontravam-se ao nível do pavimento da cozinha e delimitavam zonas de fogo que se destinariam a comportar apenas uma peça de cada vez.

Estruturas de combustão deste género foram também identificadas tanto no *Ándalus* como no Levante Peninsular. A presença destes elementos arcaizantes em ambientes urbanos (para além de Mértola foi encontrada uma estrutura similar em Qsar es-Seghir) pode também indicar que poderemos estar na presença de populações de origem rural ainda presas a hábitos ancestrais. Dispositivo nitidamente arcaico e do qual perduraram apenas alguns vestígios na serra algarvia foi ainda registado por Laoust, nos inícios deste século, em tribos berberes de Marrocos.

Refira-se, enfim, o cuidado posto nas zonas meridionais com a higiene urbana, preocupação que tinha início dentro da própria casa. Quase todas estas habitações tinham uma latrina, ligada a uma rede de esgoto ou, de forma mais frequente, a uma fossa situada em plena rua.

A Reconquista do *Gharb al-Ándalus* e, em particular, a tomada militar das terras do Barlavento traçaram o destino civilizacional do sul de Portugal.

Muitos traços da cultura meridional só em tempos recentes desapareceram de modo irreversível. Modos de vida ligados à pastorícia, a tecelagem e uma agricultura de subsistência marcaram, durante séculos, o quotidiano das serras entre o Baixo Alentejo e o Algarve. No extremo sul do território português, o lento trabalhar das azenhas, a exploração tradicional de hortas e de pomares, as artes da construção naval e da pesca e mesmo algum contacto com o Norte de África foram resistindo quase até aos nossos dias. É, contudo, inegável que a partir de meados do século XIII d.C., e de forma progressiva, foram outros poderes e outras áreas de influência a marcar o ritmo de vida das cidades e vilas onde até há pouco o árabe era um idioma corrente.

b i b l i o g r a f i a

- MARQUES, A.H. Oliveira, *O Portugal Islâmico* in "Nova História de Portugal" (dir. de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques), vol. II, Lisboa, Editorial Presença, pp. 117-249, 1993.
- TORRES, Cláudio, *O Gharb al-Ándalus* in "História de Portugal" (dir. de José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 363-415, 1993.